



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

Ata aprovada na 81ª Reunião Ordinária do dia 12 de julho de 2019

CBH-PIRACICABA/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba

1 **MINUTA DE ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-PIRACICABA**

2 Às nove horas do dia dois de maio de dois mil e dezenove teve início a 80ª Reunião Ordinária do
3 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba (CBH-Piracicaba), no auditório da AMEPI, João
4 Monlevade/MG. O Sr. Flaminio Guerra, presidente do CBH Piracicaba, fez a abertura da reunião
5 cumprimentando os presentes destacando a importância da pauta em debate e informando sobre a
6 necessidade de quórum qualificado para votação das alterações no Regimento Interno do Comitê. Na
7 sequência, ele apresentou aos conselheiros a nova secretária executiva da AMEPI, Christiane Linhares
8 Vale, ressaltando a importância da parceria entre a associação e o CBH. Em fala aos conselheiros, ela
9 endossou a fala sobre a parceria e destacou a relevância do trabalho desenvolvido pelo comitê, não
10 apenas para a região, mas para todo o estado de Minas Gerais. Prosseguindo, o Sr. Flaminio Guerra fez
11 dois breves informes à plenária. Inicialmente comentou sobre a sua participação em um evento
12 realizado na sede do Ministério do Desenvolvimento Regional, em Brasília, considerando que, desde
13 janeiro, a Agência Nacional de Águas (ANA) está vinculada a esse ministério. Segundo ele, no evento,
14 o ministro garantiu que a estrutura da política nacional de recursos hídricos não está ameaçada e que
15 existe, inclusive, o objetivo de fortalecer o sistema. Em seguida, falou sobre o problema no contrato
16 com a FUNEC para a execução do Rio Vivo, considerando que a empresa descumpriu uma cláusula
17 contratual ao deixar de apresentar, em tempo hábil, uma certidão negativa de débitos. Por esse
18 motivo, foi necessário romper o contrato com a empresa, sendo que será necessário um novo
19 processo licitatório para ser prosseguimento às atividades. Dando sequência, o vice-presidente do
20 comitê, José Ângelo Paganini, informou sobre a realização de uma reunião do CBH-Doce, junto à
21 Fundação Renova, com o objetivo de desenvolver ações para o fortalecimento dos comitês. Ele
22 explicou que esse é um importante legado que a Fundação poderá oferecer à gestão de recursos
23 hídricos: comitês mais organizados e capacitados. Ele destacou a importância da iniciativa,
24 considerando que os CBHs são as instâncias de participação social legalmente instituídas no âmbito da
25 Política de Recursos Hídricos e, no entanto, atualmente, por diversas vezes, os colegiados vem sendo
26 deixados de lado nas ações relacionadas ao rompimento da barragem e, até mesmo, outros temas
27 ligados à gestão de recursos hídricos. Por fim, ele disse que na próxima reunião atualizará os
28 conselheiros do CBH-Piracicaba sobre o andamento dessa ação. Finalizados os informes, o secretário
29 do Comitê, Jorge Martins Borges, informou que não será possível deliberar sobre ata, como constava
30 na pauta, pois a mesma não foi confeccionada em função de problemas com a gravação do áudio da
31 última reunião. Prosseguindo, foi passada à deliberação sobre a alteração no Regimento Interno do



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

Ata aprovada na 81ª Reunião Ordinária do dia 12 de julho de 2019

CBH-PIRACICABA/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba

32 Comitê, visando à adequação do documento à Deliberação Normativa nº 60/2018, do Conselho
33 Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), publicada no DOE, em 29/12/2018. O texto da DN foi
34 apresentado e as alterações propostas aprovadas no Regimento Interno aprovadas pela plenária. Na
35 ocasião, foi garantido o quórum qualificado e houve 30 (trinta) votos favoráveis à nova versão. Na
36 sequência, foi dada a palavra ao analista financeiro do IBIO, Miqueias Calebe Donde, para a
37 apresentação da proposta de orçamento do IBIO referente à parcela de custeio, especificamente no
38 que se referem aos recursos arrecadados com a cobrança estadual (MG). Inicialmente, ele explicou
39 que a aprovação do orçamento de custeio (7,5%) pelos comitês é uma exigência do contrato de gestão
40 firmado entre o IBIO e o IGAM, sendo condição para o repasse do recurso arrecadado ao IBIO. Em sua
41 fala, ele explicou que o orçamento da entidade foi adequado à realidade da cobrança, considerando
42 que a ANA não fará mais aportes adicionais e informou aos conselheiros que a parcela do recurso
43 estadual é superior à federal, sendo que o CBH-Piracicaba é o comitê que mais arrecada, somando
44 aproximadamente 60% de toda a arrecadação estadual. Na sequência, ele apresentou os dados
45 financeiros, considerando o saldo em caixa e as perspectivas de receitas e despesas, bem como
46 expectativas de arrecadação e repasses ao longo do exercício de 2019. Após a apresentação, o
47 plenário manifestou insatisfação com a situação do CBH-Piracicaba, considerando que o comitê detém
48 a maior parcela da arrecadação e não possui, sequer, um funcionário e uma sede estruturada para o
49 desenvolvimento das suas atividades. Nesse sentido, o analista do IBIO explicou que em função da
50 integração todos os comitês recebem o mesmo tratamento, independentemente da arrecadação.
51 Prosseguindo os debates, o secretário do comitê, Jorge Martins Borges, destacou, também, que o
52 número de funcionários da agência é muito pequeno para conseguir dar o devido atendimento e,
53 sobretudo, executar os programas de recuperação ambiental, que são o objetivo principal do CBH. O
54 analista do IBIO ressaltou que, de fato, há poucos funcionários na área finalística, pois, devido à
55 burocracia à qual a agência está submetida em função de trabalhar com recursos públicos, a maior
56 parte dos funcionários executa tarefas administrativas. Ele destacou que o IBIO tem buscado
57 alternativas para melhorar o atendimento e a execução dos programas como, por exemplo, a
58 contratação de gerenciadoras de projetos, porém ainda não há uma definição clara sobre o que pode
59 ou não ser feito em função da legislação vigente aplicada à execução dos recursos da cobrança. O Sr.
60 Lusifith Chafith, conselheiro do CBH, destacou que o problema no atendimento diferenciado ao CBH-
61 Piracicaba é algo que se arrasta há anos sem uma alternativa e é algo crucial para a sobrevivência
62 tanto do comitê quanto da própria entidade. Endossando, o Sr. José Ângelo Paganini, vice-presidente



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

Ata aprovada na 81ª Reunião Ordinária do dia 12 de julho de 2019

CBH-PIRACICABA/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba

63 do comitê, destacou que já ocorreram vários encontros para tratar o assunto, porém, até hoje, não
64 houve uma resposta. Ele destacou que é necessária uma proposta formal de atendimento ao CBH-
65 Piracicaba para que possa ser deliberado o orçamento, pois, da forma apresentada não há garantia de
66 que o CBH será atendido como é necessário. Diante disso, ele sugeriu postergar a aprovação,
67 aguardando a resposta de como o IBIO, pois há dinheiro em caixa para manter o funcionamento da
68 entidade. Complementando, o Sr. Jorge Borges, destacou que não vê sinergia entre a proposta
69 apresentada e o CBH-Piracicaba, considerando que o comitê não é tratado na sua individualidade.
70 Finalizando a discussão, o Sr. Flaminio Guerra mencionou que é necessário discutir a integração, pois a
71 forma como está proposta não atende o Piracicaba, que esta acumulando recurso sem perspectiva
72 para implantar os programas. Em função do descontentamento com a proposta, o comitê decidiu não
73 colocar a matéria em votação. Como encaminhamento, o comitê irá encaminhar um ofício ao IBIO
74 requerendo adequação da proposta, em um prazo de 15 (quinze) dias, de forma a contemplar as
75 necessidades do CBH-Piracicaba, sobretudo no que se refere à execução dos programas. Dando
76 continuidade à pauta, o presidente do comitê fez uma breve explanação sobre o Projeto PRO-URGAS
77 no Leste de Minas Gerais. Em sua fala, ele destacou o passivo de outorgas acumulado no estado de
78 Minas Gerais, cujo montante de processos com análise pendente ultrapassa 1800 outorgas. Diante
79 desse cenário, buscando uma alternativa para sanar a questão, o MPMG propôs, em articulação com a
80 SEMAD, o IGAM, o IBIO e os CBHs da porção mineira da Bacia do Rio Doce, o Projeto PRO-URGAS, que
81 consiste em estruturar a unidade regional (URGA LM) situada em Governador Valadares-MG e
82 fornecer suporte de estagiários, a fim de dar celeridade às análises em atraso. Essa unidade não
83 abrange toda a bacia, porém a proposta é contemplar todas as outorgas vinculadas ao Doce, mesmo
84 que, atualmente, estejam sob outra jurisdição, a fim de beneficiar a totalidade do território. Nesse
85 sentido, o IBIO se colocou à disposição para ajudar na estruturação física, cedendo ao IGAM o
86 mobiliário que não está mais em uso, considerando o encerramento das atividades da sede do Rio de
87 Janeiro. A outra contrapartida será o fornecimento de estagiários, custeados com recursos de
88 investimento (92,5%) da cobrança pelo uso da água, alocados no Programa de Cadastramento de
89 Usuários (P 61.1), no valor máximo de R\$ 86 mil, para um período de 02 (dois) anos. Essa despesa será
90 rateada, conforme metodologia definida em plano de trabalho, entre os 06 (seis) comitês mineiros
91 pertencentes à Bacia do Rio Doce e terá como finalidade custear as despesas referentes a 06 (seis)
92 estagiários – 04 da área de engenharia e 02 da área de direito - que irão trabalhar na sede da URGA,
93 dando suporte à equipe de profissionais do Estado. Para que o processo prossiga, no entanto,



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

Ata aprovada na 81ª Reunião Ordinária do dia 12 de julho de 2019

CBH-PIRACICABA/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba

94 considerando que estão envolvidos recursos dos CBHs, é necessária a anuência de todos os comitês,
95 sem a qual o termo assinado perde a validade. Após o entendimento sobre a matéria em questão, o
96 tema foi colocado em votação, sendo aprovado de forma unânime pelos conselheiros presentes com
97 direito a voto. Na sequência, foi passada à análise da criação de Grupo de Trabalho sobre Segurança
98 de Barragens, proposta pela FONASC. No entanto, considerando a complexidade da questão, foi
99 decidido que o assunto será primeiramente levado para discussão no âmbito da Câmara Técnica para,
100 depois, ser deliberado em plenária. Finalizados os pontos de pauta, a reunião foi encerrada.

101

102

Flamínio Guerra Guimaraes
Presidente

Jorge Martins Borges
1º Secretário

103